

ECONOMIA SOLIDÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AUTOGESTÃO: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E BEM VIVER

SOLIDARITY ECONOMY, FAMILY FARMING AND SELF-MANAGEMENT: PATHS TO SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT AND GOOD LIVING

Jorge Luis Carvalho Silva¹
Maria José Souza Barbosa²
Louise Ferreira Rosal³

Área Temática 6: Cooperativismo, Economia Solidária e Gestão de Empreendimentos
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

Este artigo analisa as interações entre economia solidária, agricultura familiar, autogestão e desenvolvimento rural à luz do paradigma do bem viver. Parte-se de uma abordagem teórico-analítica para discutir como as práticas de desenvolvimento rural mais justo, sustentável e democrático podem contribuir para o bem viver. Apresenta-se potencialidades, desafios e perspectivas de experiências no campo brasileiro, com base em referências bibliográficas e em dados de pesquisas sobre o tema. A análise mostra que, embora ainda marginalizadas, tais práticas podem elevar o potencial transformador, especialmente, quando articuladas a políticas públicas de fortalecimento dos territórios rurais.

Palavras-Chave: Economia solidária, Agricultura familiar, Autogestão, Território, Desenvolvimento rural.

Abstract

This article analyzes the interactions between solidarity economy, family farming, self-management and rural development in light of the paradigm of good living. Based on a theoretical-analytical approach, it discusses how these practices can contribute to the construction of a more just, sustainable and democratic rural development model. The potential, challenges and perspectives of these experiences in the Brazilian countryside are presented, based on bibliographical references and research data on the subject. The analysis shows that, although still marginalized, such practices have a high transformative potential, especially when articulated with consistent public policies and the strengthening of rural territories.

Key words: Solidarity economy, Family farming, Self-management, Territory, Rural development.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará: jorge.silva@ifpa.edu.br

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará: mjsb.ufpa@gmail.com

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará: louise.rosal@ifpa.edu.br

1. Introdução

O artigo tem como objetivo analisar os desafios e as perspectivas da economia solidária e da autogestão no fortalecimento da agricultura familiar para o avanço do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Para isso, realiza-se uma revisão bibliográfica e a análise de experiências empíricas, buscando contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas à transformação do meio rural.

Assim, entende-se que a agricultura familiar desempenha papel estratégico no contexto agroalimentar brasileiro, consolidando-se como principal responsável pelo abastecimento interno e segurança alimentar. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, embora ocupe apenas 23% da área agrícola nacional, essa forma de produção é responsável por mais de 70% dos estabelecimentos rurais, além de empregar cerca de 67% da força de trabalho no campo, o que representa aproximadamente 10 milhões de postos de trabalho (IBGE, 2017).

Estudos realizados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2022) reforçam essa relevância ao indicar que a agricultura familiar abastece aproximadamente 70% do mercado interno de alimentos básicos, sendo responsável, por 87% da mandioca, 70% do feijão e 46% do milho consumidos no país. Apesar da sua expressiva contribuição para a economia e a segurança alimentar, os agricultores familiares enfrentam obstáculos estruturais, como o acesso limitado a mercados, crédito, tecnologias e políticas públicas eficazes. Nesse cenário, ganham destaque alternativas de organização socioeconômica que visam fortalecer a autonomia e a capacidade coletiva de gestão desses produtores, nomeadamente a economia solidária e os modelos de autogestão.

Para Singer (2002) e Gaiger (2007), a economia solidária é construída por princípios como cooperação, autogestão, solidariedade e valorização do trabalho humano, apresentando-se como uma alternativa à lógica dominante do capital e da competição individualista, portanto, organiza-se de modo socioeconômico, cuja perspectiva, no campo, revela-se promissora para o fortalecimento da agricultura familiar, através da criação de cooperativas, associações, redes de trocas e circuitos curtos de comercialização, sob o protagonismo dos atores do meio rural que impulsionam o desenvolvimento local (Silva et al., 2017; Santos et al., 2024).

A economia solidária promove a autogestão, como princípio organizativo que pressupõe a participação democrática dos trabalhadores nas decisões sobre os processos produtivos,

financeiros e organizacionais. No campo da agricultura familiar, a autogestão tem se mostrado uma ferramenta poderosa para a construção de experiências coletivas de produção e comercialização, promovendo maior controle sobre os meios de vida e contribuindo para a resiliência das comunidades rurais frente às crises sociais, econômicas e ambientais (Rego; Godoi, 2022).

Neste sentido, práticas de economia solidária e autogestão, associadas à agricultura familiar, podem representar caminhos promissores para a construção de territórios rurais sustentáveis, justos e mais equilibrados; Esse debate se insere no escopo de um paradigma emergente de desenvolvimento rural, que transcende a lógica puramente econômica para incorporar dimensões sociais, culturais e ambientais e, ainda, se inscreve na perspectiva do bem viver, uma concepção inspirada em cosmovisões indígenas e andinas, que tem contribuído para o redirecionamento de ações de desenvolvimento, ao valorizar a harmonia entre seres humanos, natureza e comunidade como base do desenvolvimento (Gudynas, 2011).

Para entender esse debate, estruturou-se o artigo em duas seções, a primeira trata da metodologia utilizada para a elaboração e, a segunda, apresenta o referencial teórico que fundamenta a análise, abordando os conceitos de economia solidária, autogestão, agricultura familiar e o paradigma do bem viver.

Por conseguinte, o estudo tem como objetivo analisar os desafios e as perspectivas da economia solidária e da autogestão no fortalecimento da agricultura familiar e no avanço do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

2. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-analítica, fundamentada em revisão bibliográfica, com o objetivo de compreender os fundamentos, desafios e potencialidades das práticas de economia solidária e autogestão no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento rural sustentável. A opção por essa abordagem se justifica pela complexidade do tema, que exige interpretação crítica das relações sociais, econômicas e políticas envolvidas nos processos organizativos e produtivos do meio rural.

A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica, abrangendo autores nacionais e internacionais reconhecidos nos campos da sociologia rural, agroecologia e economia solidária. Foram selecionadas publicações a partir de descritores “economia solidária”, “agricultura

familiar”, “autogestão”, “desenvolvimento rural sustentável e “bem viver” em bases de dados eletrônicos *Periódicos Capes, Scopus, Scielo e Science Direct*, e selecionou-se autores como Gaiger (2007), Singer (2002) que discutem os fundamentos da economia solidária e Gudynas (2011), que trata da proposta do bem viver, dentre outros, além de estudos recentes sobre redes territoriais, como os de Gómez-López e Ortiz-Pérez (2014), Barbosa (2024) e Martins et al. (2024), que abordam a articulação comunitária e os ecossistemas solidários no meio rural brasileiro.

3. Fundamentos Teóricos

A análise articulada entre economia solidária, autogestão, agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável requer uma abordagem teórica de natureza interdisciplinar, que dialogue com os campos da economia, sociologia, geografia e estudos do desenvolvimento. Nesse sentido, a presente seção propõe um referencial teórico estruturado em três eixos analíticos: a conceituação de economia solidária e autogestão; os vínculos dessas práticas com a agricultura familiar; e sua potencialidade enquanto alternativa de desenvolvimento ancorada na concepção de bem viver, conforme argumentam diversos autores ao defenderem a interseção entre práticas econômicas solidárias e processos de transformação socioterritoriais sustentáveis.

Ao priorizar a análise qualitativa e interpretativa, esta pesquisa visa não apenas à descrição de experiências, mas à construção de uma perspectiva crítica sobre as possibilidades e os limites das práticas autogestionárias e solidárias como alternativas de desenvolvimento rural enraizadas nos territórios e alinhadas ao paradigma do bem viver.

3.1 Economia Solidária: conceito e princípios

A economia solidária constitui uma forma alternativa de organização econômica fundamentada em princípios como a cooperação, a solidariedade, a gestão democrática dos empreendimentos e a valorização do trabalho em detrimento do capital. Essa proposta emerge como uma resposta crítica às insuficiências estruturais do modelo capitalista, propondo formas de produção e distribuição que priorizam o ser humano, a coletividade e o bem comum, conforme argumenta Singer (2002), ao destacar seu potencial transformador frente às desigualdades sociais e econômicas.

A Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, define a economia solidária como um modelo econômico que abrange a organização da produção, comercialização, distribuição, consumo e crédito, fundamentado em princípios como autogestão, comércio justo, cooperação, solidariedade, gestão democrática e participativa, além da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente. Esse modelo visa ao desenvolvimento sustentável, respeitando os ecossistemas e valorizando o ser humano, o trabalho e a cultura (Brasil, 2024).

Os princípios da Política Nacional de Economia Solidária incluem a não discriminação, a geração de trabalho e renda por meio da autogestão, a articulação de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, o estímulo à economia solidária como estratégia de sustentabilidade, e a participação social na formulação e execução das políticas. Além disso, destacam-se a transparência na aplicação de recursos e a promoção da igualdade de oportunidades (Brasil, 2024).

De acordo com a perspectiva apresentada por Gaiger (2007), a economia solidária abrange uma diversidade de práticas sociais que se manifestam por meio de diferentes formas organizativas, como cooperativas, associações e grupos informais de produção ou prestação de serviços, bem como por meio de mecanismos alternativos de circulação de bens e recursos, como redes de trocas e iniciativas de finanças solidárias. Essa amplitude evidencia o caráter multifacetado e dinâmico do campo, que articula experiências econômicas ancoradas na solidariedade e na autogestão.

Gómez-López e Ortiz-Pérez (2014) observam que, no contexto contemporâneo, a economia solidária vem adquirindo novas configurações ao integrar-se às redes sociais digitais, uma articulação tecnológica que tem fortalecido os vínculos de cooperação na medida em que expande significativamente o alcance das práticas solidárias, permitindo que essas iniciativas ultrapassem as fronteiras territoriais convencionais e se insiram em circuitos mais amplos de interação e mobilização social.

Santos e Silveira (2001) mostram que as iniciativas vinculadas à economia solidária apresentam traços comuns, como a posse coletiva ou associativa dos meios de produção, a gestão democrática baseada na participação dos membros nos processos decisórios e a repartição justa dos resultados gerados pelo trabalho. Ademais, essas experiências orientam-se por princípios éticos e sustentáveis em sua inserção nos mercados, valorizando os

conhecimentos tradicionais das comunidades e adotando práticas que respeitam o meio ambiente.

3.2 Autogestão: autonomia e participação coletiva

A autogestão caracteriza-se como um modelo organizacional no qual os trabalhadores assumem coletivamente o controle dos processos produtivos, administrativos e comerciais, exercendo uma gestão democrática e participativa. Esse princípio constitui um dos pilares centrais da economia solidária, uma vez que viabiliza a tomada de decisões compartilhadas e a distribuição equitativa dos resultados, alinhando-se aos valores de cooperação e justiça social que fundamentam esse modelo econômico (Rêgo e Godoi, 2022).

A autogestão representa uma ruptura com os modelos organizacionais hierárquicos convencionais, ao estabelecer uma dinâmica que valoriza a participação coletiva e a tomada de decisão compartilhada. Esse modelo não apenas fortalece o empoderamento dos indivíduos, como também reforça os laços sociais, fundamentando-se em princípios como a confiança mútua, a estrutura horizontal e a cooperação entre os membros (Brasil, 2024).

Martins (2013) destaca que, no contexto da agricultura familiar, a autogestão se expressa por meio de práticas coletivas organizadas em grupos de produção, cooperativas de trabalho e associações comunitárias, nas quais as decisões relativas às dimensões produtiva, financeira e social são tomadas de forma conjunta. Essa dinâmica fortalece a autonomia dos agricultores, ao possibilitar maior controle sobre suas condições de trabalho e ampliar sua capacidade de decisão sobre os processos econômicos e os territórios nos quais estão inseridos, contribuindo assim para a construção de formas mais soberanas de organização socioeconômica.

Monje-Reyes (2011) destaca que a autogestão, quando vinculada a processos de descentralização política, pode fortalecer a democracia econômica em contextos rurais. O autor argumenta que práticas cooperativistas baseadas na gestão social direta — como as analisadas em experiências latino-americanas — promovem não apenas a autonomia produtiva, mas também a redistribuição de poder decisório, rompendo com hierarquias tradicionais e fortalecendo a participação comunitária.

3.3 Agricultura Familiar e desenvolvimento rural sustentável

De acordo com Schneider et al. (2010), a agricultura familiar configura-se como uma modalidade de produção na qual predomina o trabalho realizado pelos próprios membros da família, sendo a gestão do estabelecimento igualmente de caráter familiar e fortemente associada ao território rural. Embora apresente grande diversidade interna, esse segmento compartilha práticas produtivas que, em geral, tendem a ser mais sustentáveis e harmônicas com o meio ambiente, distinguindo-se das lógicas intensivas e padronizadas do modelo agroindustrial hegemônico.

Grisa e Schneider (2014) argumentam que, no âmbito do desenvolvimento rural sustentável, é fundamental reconhecer e valorizar os recursos endógenos, promover a justiça social, respeitar a diversidade cultural e assegurar a conservação ambiental. Nesse sentido, a integração dos princípios da economia solidária e da autogestão às práticas da agricultura familiar contribui significativamente para o fortalecimento dessas dimensões, ao fomentar a inclusão social, ampliar a equidade nas relações econômicas e sociais, e reforçar a autonomia dos agricultores em seus territórios.

3.4 Bem viver: um paradigma alternativo

O conceito de bem viver, também conhecido como *buen vivir*, deriva das cosmovisões dos povos indígenas andinos, especialmente das tradições quíchua e aimará. Essa concepção não se restringe a um modelo convencional de desenvolvimento, mas expressa uma forma de compreender e organizar a vida fundamentada na busca pela harmonia entre os seres humanos, a natureza e a coletividade, valorizando a interdependência e o equilíbrio como princípios orientadores das relações sociais e ambientais.

Conforme a análise de Gudynas (2011), o bem viver configura-se como uma proposta que rompe com a racionalidade ocidental centrada no crescimento econômico contínuo e ilimitado. Em contraposição a essa lógica, valoriza os modos de vida tradicionais e locais, a manutenção do equilíbrio ecológico e o reconhecimento dos direitos inerentes à natureza, articulando uma perspectiva de desenvolvimento baseada na convivência respeitosa entre sociedade e meio ambiente.

No contexto da agricultura familiar e da economia solidária, a filosofia do bem viver serve como inspiração para ações que fomentam a solidariedade, a reciprocidade e a gestão responsável dos recursos compartilhados. Sob essa perspectiva, a concepção de

desenvolvimento transcende a mera avaliação de indicadores econômicos, abrangendo também aspectos de natureza ética, espiritual, territorial e cultural.

A articulação dos fundamentos da economia solidária, da autogestão e da filosofia do bem viver possibilita que a agricultura familiar se estabeleça como um alicerce para um novo modelo de desenvolvimento rural. Este paradigma alternativo almeja ser mais equitativo, colaborativo e ambientalmente sustentável.

3.5 Agricultura Familiar na perspectiva de desenvolvimento sustentável e do bem viver

A integração da agricultura familiar no âmbito da economia solidária configura uma articulação de práticas nos âmbitos econômico, social e cultural, as quais priorizam a autonomia dos trabalhadores rurais, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. A presente seção tem como objetivo analisar as características centrais da agricultura familiar, sua conexão com os fundamentos da economia solidária e apresentar exemplos práticos que evidenciam o potencial de transformação inerente a essa união.

3.5.1 Características e papel social da agricultura familiar

A agricultura familiar caracteriza-se pela exploração direta da terra por famílias que vivem no meio rural, com uso predominante de mão-de-obra familiar e renda originada majoritariamente do próprio estabelecimento. Esse modelo não ultrapassa quatro módulos fiscais, assegurando gestão e trabalho familiar. Além disso, destaca-se pela sustentabilidade ambiental, social e econômica, promovendo a descentralização e inclusão de comunidades tradicionais, grupos como silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e comunidades quilombolas, desde que cumpram os critérios fundamentais estabelecidos (Brasil, 2006).

Segundo Schneider et al. (2010), as unidades produtivas de base familiar distinguem-se por empregar predominantemente a força de trabalho dos próprios membros da família, apresentarem uma produção diversificada, manterem uma relação estreita com o território onde se inserem e exercitarem autonomia na condução e gestão de seus processos produtivos. Esses elementos conferem a essas unidades um caráter particular, fortemente vinculado à sustentabilidade econômica, social e ambiental no meio rural.

A função social da agricultura familiar transcende a mera produção de alimentos, estando intrinsecamente ligada às culturas locais, aos conhecimentos tradicionais e às formas

de organização comunitária. Em diversas regiões, os agricultores familiares desempenham o papel de protetores do meio ambiente, perpetuando práticas sustentáveis no uso do solo, na conservação hídrica e no manejo da biodiversidade.

3.5.2 Organizações sociais e redes solidárias

A economia solidária apresenta instrumentos institucionais e organizacionais que possibilitam à agricultura familiar superar os obstáculos históricos que restringem seu desenvolvimento, a exemplo do acesso a mercados, crédito e tecnologias. A constituição de cooperativas e associações emerge como uma das estratégias primordiais empregadas por agricultores familiares para integrar cadeias produtivas de maneira mais equitativa e independente (Silva *et al.*, 2017).

As organizações proporcionam a valorização dos produtos, a otimização da logística e o fortalecimento da capacidade de negociação. Adicionalmente, elas promovem a inclusão de grupos historicamente marginalizados, a exemplo de mulheres, jovens e povos tradicionais. Significativamente, diversas dessas organizações incorporam os princípios da economia solidária — gestão democrática, distribuição justa dos resultados e engajamento social — como pilares de suas atividades.

Barbosa (2024) observa que, no contexto paraense, as formas organizativas baseadas na cooperação têm contribuído significativamente para o fortalecimento dos circuitos econômicos locais. Ao articular os agricultores familiares em redes cooperativas enraizadas nos territórios, essas iniciativas promovem efeitos positivos sobre a sustentabilidade socioeconômica e ampliam a autonomia produtiva das comunidades rurais, consolidando vínculos solidários e estratégias de desenvolvimento ancoradas no protagonismo local.

Gómez-López e Ortiz-Pérez (2014) indicam que as organizações solidárias vêm incorporando as tecnologias contemporâneas de comunicação como ferramentas estratégicas para a construção de redes sociais colaborativas. Esse processo tem ampliado as possibilidades de cooperação entre os participantes e favorecido o intercâmbio de saberes e experiências entre agricultores familiares de distintas regiões, contribuindo para o fortalecimento das práticas solidárias e para a articulação de iniciativas em escala mais ampla.

Martins *et al.* (2024) destacam que as cadeias agroalimentares vêm sofrendo significativas reconfigurações impulsionadas pelo fortalecimento da economia solidária. Esse processo possibilita o reposicionamento dos agricultores familiares como agentes centrais na

produção e na distribuição de alimentos, por meio de relações caracterizadas por maior horizontalidade e enraizamento territorial, o que contribui para o fortalecimento da autonomia local e para a valorização dos sistemas produtivos regionais.

3.5.3 Experiências de comercialização solidária

Estevam, Salvato e Santos (2018) apontam que a comercialização constitui um dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar, uma vez que os circuitos tradicionais, frequentemente controlados por intermediários e grandes redes de varejo, tendem a marginalizar os pequenos produtores ou a impor-lhes condições comerciais desfavoráveis. Nesse contexto, destacam-se como alternativas viáveis e sustentáveis os canais de comercialização solidária, tais como feiras agroecológicas, mercados institucionais (como o PAA e o PNAE), grupos de consumo responsável e plataformas digitais colaborativas, os quais promovem maior inclusão e valorização dos agricultores familiares.

Martins et al. (2024) argumentam que esses circuitos solidários não apenas fortalecem os vínculos sociais e a confiança entre os atores envolvidos, mas também redefinem os critérios de qualidade dos alimentos com base em valores sociais e ambientais, em contraste com a lógica mercantil dominante nas cadeias agroindustriais convencionais.

Esses circuitos curtos de comercialização estabelecem uma aproximação entre produtores e consumidores, fundamentando-se em relações pautadas na confiança, na transparência e na valorização do trabalho local. Ademais, eles desempenham um papel importante na educação do consumidor urbano, ao conscientizá-lo sobre a relevância do consumo responsável e da agricultura familiar como base para sistemas alimentares sustentáveis.

As experiências de comercialização solidária demonstram que a economia solidária constitui um instrumento estratégico para que a agricultura familiar transcenda a fragmentação produtiva e a vulnerabilidade individual, ao promover a constituição de redes colaborativas que ampliam a inclusão econômica, fortalecem os vínculos comunitários e consolidam os territórios como espaços de resistência e transformação social.

3.6 Desafios no meio rural sob a ótica da economia solidária e do bem viver

A despeito do potencial de emancipação da economia solidária e da autogestão para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção de um desenvolvimento rural mais

equitativo e sustentável, tais experiências confrontam diversos desafios de natureza estrutural, institucional e cultural. A presente seção se dedica à análise dos principais obstáculos presentes no contexto rural, enfatizando as tensões internas aos empreendimentos de autogestão, as restrições impostas pelo cenário político-econômico e os dilemas inerentes à consolidação de alternativas sustentáveis e democráticas.

3.6.1 Limitações estruturais e econômicas

Um dos principais obstáculos enfrentados pelos empreendimentos da economia solidária no meio rural está relacionado à escassez de recursos financeiros e à dificuldade de acesso a crédito adequado. Apesar de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) terem significado progressos importantes, persistem entraves burocráticos, insuficiência de assistência técnica especializada e falta de instrumentos de apoio direcionados especificamente a iniciativas de autogestão e cooperativas solidárias (Grisa; Schneider, 2014).

De forma semelhante, Barbosa (2024) aponta que, na região Norte do Brasil, a ausência de políticas públicas estruturadas e continuadas representa um entrave à consolidação da economia solidária como vetor de desenvolvimento rural sustentável.

Ademais, numerosos empreendimentos confrontam desafios na expansão de suas atividades e na sustentação da viabilidade econômica em longo prazo. A carência de infraestrutura apropriada (como transporte, armazenamento e acesso à internet), o baixo nível de escolaridade de parcela dos produtores e a fragilidade da integração entre os diversos componentes das cadeias produtivas locais também prejudicam a consolidação dessas iniciativas (Singer, 2002).

3.6.2 Desafios da gestão democrática e da autogestão

Apesar de constituir um princípio fundamental da economia solidária, a autogestão apresenta desafios consideráveis em sua aplicação concreta. A condução coletiva dos processos decisórios, embora desejável, tende a enfrentar entraves como conflitos internos, disputas de poder e morosidade nas deliberações, sobretudo na ausência de capacitação em gestão democrática e estratégias de mediação de conflitos. Gaiger (2007) observa que muitos grupos, mesmo inseridos em contextos solidários, ainda reproduzem estruturas hierárquicas ou práticas de liderança personalista, o que enfraquece os valores democráticos e compromete a coesão organizacional.

Outro obstáculo relevante diz respeito à incompatibilidade entre a intensa rotina de trabalho das famílias agricultoras e o tempo exigido para a realização de reuniões, capacitações e processos decisórios coletivos. Essa limitação pode provocar desmotivação entre os participantes e até mesmo o abandono de iniciativas solidárias.

Nesse contexto, Carvalho (2015), Deggerone e Cenci (2018) ressaltam a importância de investir em formação continuada, assessoramento técnico qualificado e metodologias pedagógicas voltadas à gestão participativa e à construção coletiva do conhecimento, como formas de fortalecer a autogestão e garantir maior engajamento dos envolvidos.

De acordo com Monje-Reyes (2011), a implementação da autogestão enfrenta dilemas como a tensão entre eficiência operacional e participação democrática. O estudo de casos de cooperativas descentralizadas revela que, sem mecanismos claros de formação política e repartição de responsabilidades, há risco de reprodução de assimetrias ou sobrecarga de lideranças, reforçando a necessidade de estruturas flexíveis e processos pedagógicos contínuos.

Além disso, como resalta Brancalone (2020), muitas iniciativas de economia solidária acabam se limitando a formas organizativas restritas ao nível da produção, sem alterar significativamente as relações sociais de poder e propriedade. Isso evidencia que, sem uma crítica estrutural mais profunda, essas experiências podem ser cooptadas pela lógica capitalista, mantendo-se em um patamar adaptativo e funcional à reprodução do sistema.

3.6.3 Barreiras culturais, políticas e institucionais

Para Castanheira e Pereira (2008), as práticas vinculadas à economia solidária e à autogestão confrontam valores culturais fortemente enraizados no meio rural, como o individualismo na produção, o predomínio de relações patriarcais e a resistência à cooperação coletiva. Esses elementos, frequentemente associados à valorização da propriedade privada e à busca por autonomia individual, tendem a dificultar o envolvimento de agricultores em iniciativas coletivas, representando um entrave à consolidação de empreendimentos organizados com base na solidariedade e na gestão democrática.

Gaiger e Laville (2011) pensam que a economia solidária permanece em posição periférica nas políticas de desenvolvimento rural, sendo muitas vezes abordada como medida de caráter compensatório ou restrita ao atendimento de grupos socialmente vulneráveis. Essa marginalização se reflete na descontinuidade de programas governamentais, na inexistência de um arcabouço legal consolidado e na fragilidade das políticas públicas direcionadas ao setor,

fatores que dificultam sua institucionalização e comprometem o fortalecimento e a sustentabilidade de suas práticas no longo prazo.

3.6.4 A tensão entre mercado e princípios solidários

A consolidação de empreendimentos solidários enfrenta o desafio constante de equilibrar os princípios éticos da solidariedade com as exigências impostas pela lógica de mercado. A necessidade de garantir competitividade e sustentabilidade econômica pode, em determinadas situações, induzir à adoção de práticas que contradizem os valores cooperativos e democráticos. Entre essas contradições, destacam-se a centralização das decisões, a flexibilização ou precarização das condições de trabalho e a possível exclusão de participantes com menor desempenho produtivo, comprometendo a coesão e a equidade internas.

Martins *et al.* (2024) chamam a atenção para os perigos relacionados à possibilidade de enfraquecimento dos fundamentos solidários quando os empreendimentos são submetidos a pressões intensas por eficiência econômica. Diante desse cenário, os autores ressaltam a necessidade de adotar estratégias que articulem a viabilidade mercadológica com o compromisso com os princípios ético-políticos que orientam a economia solidária, assegurando a integridade dos valores cooperativos e a coesão das práticas autogestionárias.

Segundo Santos, Vieira e Borinelli (2013), a tensão entre os valores da economia solidária e as demandas do mercado impõe aos coletivos envolvidos a necessidade de manter um exercício permanente de reflexão crítica, com o objetivo de preservar a identidade autogestionária e os princípios solidários que orientam suas práticas. Para enfrentar esse desafio, torna-se essencial que os empreendimentos desenvolvam estratégias de sustentabilidade econômica que estejam alinhadas com seus fundamentos ético-políticos, explorando alternativas inovadoras de inserção comercial e fortalecendo circuitos alternativos de comercialização que priorizem a cooperação, a justiça social e o respeito às territorialidades.

Brancaleone (2020) aponta que a participação de empreendimentos da economia solidária nos mercados estruturados sob a lógica capitalista tende a gerar impactos negativos sobre sua autonomia política. Essa inserção pode levar à subordinação das práticas solidárias às imposições de rentabilidade e competitividade, resultando no enfraquecimento de seus princípios críticos e emancipatórios e colocando em risco a integridade de seus valores fundacionais.

3.7 Caminhos e perspectivas para o bem viver

A efetivação de uma economia solidária autogerida, integrada à agricultura familiar, está condicionada a diversos fatores interconectados, que abrangem desde a valorização do conhecimento local até a elaboração de políticas públicas consistentes e de longo prazo. A presente seção sugere abordagens estratégicas para a superação dos obstáculos previamente identificados e para o fomento de uma transição agroecológica, democrática e solidária no ambiente rural, fundamentada em experiências concretas e nas potencialidades dos territórios.

3.7.1 Educação popular e formação continuada

Um dos fundamentos cruciais para o fortalecimento da autogestão e da economia solidária no âmbito rural reside na educação popular crítica e emancipadora. Conforme salienta Freire (1987), a transformação social se concretiza por meio da conscientização dos indivíduos acerca de sua própria realidade e da construção coletiva do saber. Nesse contexto, programas de formação continuada focados em gestão democrática, agroecologia, economia solidária, direitos sociais e organização coletiva mostram-se indispensáveis para a autonomia dos agricultores familiares.

Brandão (2002) destaca que a atuação conjunta de instituições públicas, universidades, escolas técnicas e organizações da sociedade civil pode contribuir significativamente para o fortalecimento da economia solidária no meio rural. Essa colaboração se mostra relevante especialmente na formação de lideranças comunitárias, no desenvolvimento de materiais pedagógicos adaptados às realidades locais e na construção de espaços contínuos de intercâmbio de saberes.

Nesse contexto, a pedagogia da alternância, já aplicada com resultados positivos em distintas regiões, apresenta-se como uma abordagem metodológica eficaz ao integrar os conhecimentos teóricos e práticos no próprio território dos sujeitos envolvidos.

3.7.2 Políticas públicas integradas e sustentáveis

A consolidação de práticas solidárias e autogeridas demanda um ambiente institucional propício. Tal cenário requer políticas públicas integradas e coordenadas entre as diversas instâncias governamentais, que reconheçam e apoiem os empreendimentos de base solidária no meio rural como estratégias legítimas de desenvolvimento. Essas políticas devem transcender o apoio esporádico ou emergencial, estabelecendo marcos regulatórios, fundos de

financiamento contínuos e mecanismos de compras governamentais que priorizem as organizações da agricultura familiar (Grisa e Schneider, 2014).

Programas governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) têm sido identificados como políticas estruturantes capazes de valorizar a produção da agricultura familiar e estimular modelos cooperativos de organização e comercialização, desde que implementados de maneira adequada. Essas iniciativas promovem a inserção dos pequenos produtores em mercados institucionais, fortalecendo suas práticas produtivas e sociais.

Monje-Reyes (2011) argumenta que a integração entre a economia solidária e processos de descentralização requer que as políticas públicas conciliem o suporte financeiro com o fortalecimento das instituições locais. O autor evidencia que experiências exitosas em ambientes rurais costumam combinar marcos regulatórios nacionais, como legislações de incentivo ao cooperativismo, com adaptações territoriais específicas, assegurando que tanto os recursos quanto as decisões sejam administrados por atores locais em articulação com redes regionais.

Contudo, Brancalone (2020) pondera sobre a possibilidade de a dependência de políticas públicas e da ação estatal restringir a autonomia dos atores inseridos na economia solidária. O autor também aponta para o risco de tais práticas serem modeladas por interesses governamentais, os quais nem sempre convergem com uma transformação fundamental do sistema de produção capitalista. Dessa forma, torna-se necessário problematizar a relação tensa entre o reconhecimento institucional e o potencial de transformação política radical dessas experiências.

3.7.3 Fortalecimento dos territórios e redes solidárias

A territorialização das políticas e práticas da economia solidária configura-se como um aspecto estratégico para sua sustentabilidade. Conforme Haesbaert (2007), o território deve ser compreendido como um espaço simbólico, relacional e de vivências, o que reforça a necessidade de valorizá-lo como alicerce para as estratégias de desenvolvimento. Dessa forma, torna-se essencial considerar as particularidades culturais, ambientais e econômicas de cada região, além de fomentar a formação de redes solidárias que integrem produtores, consumidores, organizações e instituições no âmbito territorial.

Gaiger e Laville (2011) destacam que as redes de economia solidária, ao articular os processos de produção, consumo, finanças e comercialização, ampliam a escala e o alcance das iniciativas, reduzindo a vulnerabilidade individual e fortalecendo o coletivo. A cooperação entre empreendimentos, por meio de centrais de comercialização, bancos comunitários, incubadoras e fóruns regionais, configura-se como uma estratégia eficaz para consolidar um ecossistema econômico solidário no meio rural.

Gómez-López e Ortiz-Pérez (2014) destacam que as redes sociais contemporâneas, presenciais e digitais, transformam as práticas da economia solidária ao possibilitar formas inovadoras de articulação que unem o vínculo territorial a conexões translocais.

Segundo análise de Barbosa (2024), as redes de economia solidária construídas a partir dos fluxos territoriais de cooperação no Pará demonstram como a articulação comunitária pode gerar ecossistemas de desenvolvimento baseados em princípios solidários e sustentáveis.

Gómez-López e Ortiz-Pérez (2014) apresentam a abordagem territorial aplicada ao Baixo Tocantins como um exemplo de como a articulação entre cooperativas, empreendimentos solidários e atores locais fomenta a criação de ecossistemas econômicos resilientes. A valorização das dinâmicas sociais e culturais do território, associada a estratégias de intercooperação, configura-se como uma estratégia eficaz para consolidar redes que enfrentam desafios relacionados ao acesso a mercados e à sustentabilidade financeira.

3.7.4 Reconhecimento e valorização do bem viver como paradigma

Por fim, torna-se essencial reconsiderar os paradigmas que fundamentam o desenvolvimento rural. Conforme apontado por Gudynas (2011), o bem viver, enquanto proposta filosófica e prática ancestral, fornece uma base ética e política para a construção de territórios solidários e sustentáveis. Essa perspectiva valoriza uma convivência harmoniosa entre seres humanos e natureza, fundamentada em princípios como reciprocidade, cooperação, respeito à diversidade e cuidado com a vida.

Ao considerar o bem viver como referência, as práticas de economia solidária e autogestão no meio rural conseguem ultrapassar a lógica instrumental do mercado, construindo alternativas fundamentadas no comum, na dignidade e na felicidade coletiva. Tal processo demanda não somente mudanças institucionais, mas também uma profunda transformação cultural que valorize as experiências locais, os saberes populares e a diversidade de modos de vida.

4. Considerações Finais

A integração entre economia solidária, agricultura familiar, autogestão e desenvolvimento rural configura-se como uma alternativa concreta e imprescindível diante das limitações do modelo hegemônico de desenvolvimento, fundamentado na lógica do capital, na concentração fundiária e na exploração ambiental.

As leituras realizadas sobre experiências examinadas, para a elaboração deste artigo, evidenciam a viabilidade de construir modos distintos de produção, comercialização e vida no meio rural, baseados na cooperação, na sustentabilidade e na valorização dos saberes e territórios rurais.

Apesar dos desafios expressivos, tais como limitações estruturais, obstáculos políticos e institucionais, além das tensões internas às práticas autogestionárias, reconhece-se o potencial transformador das iniciativas solidárias, sob o respaldo de políticas públicas consistentes, processos formativos contínuos e redes territoriais articuladas. Essas experiências apresentam significativa capacidade para gerar trabalho digno, fomentar a justiça social e fortalecer a soberania alimentar.

O paradigma do bem viver sugere um horizonte inspirador para reavaliar o desenvolvimento rural a partir de bases mais humanas, democráticas e integradas à natureza. Ao articular a economia solidária com a agricultura familiar, essa proposta desafia a visão utilitarista da terra e da produção, retomando os vínculos comunitários e enfatizando a centralidade da vida como valor fundamental.

Em face do exposto, infere-se que o fortalecimento da economia solidária e da autogestão no contexto rural transcende uma mera estratégia de inclusão produtiva ou de combate à pobreza, configurando-se como um projeto de transformação social com raízes no território. Tal projeto questiona as estruturas de dominação existentes e inaugura possibilidades para um desenvolvimento plural, equitativo e sustentável.

5. Referências Bibliográficas

BARBOSA, Maria José. Economia solidária construindo fluxos de cooperação para o desenvolvimento rural sustentável no Pará–Norte do Brasil. **Revista Sociales Ambos Mundos**, n.5, p. 7-16, 2024. Disponível em: < https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/143525/1/Ambos-Mundos-n05_02.pdf > Acesso em: 10 maio 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular e construção do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCALEONE, Cassio. Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária. **Política & Sociedade**, v. 19, n. 45, p. 301-336, 2020. Disponível em: <
<https://doi.org/10.5007/175-7984.2020v19n45p301>> Acesso em 19 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, n. 141, p. 1, 25 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **Diário Oficial da União: Seção 1**, Brasília, DF, p.1, 24 dez. 2024.

CARVALHO, Daniela Medeiros. Autogestão e economia solidária: experiências e desafios. **Revista de Economia Solidária**, v. 8, n. 2, p. 45-61, 2015.

CEPEA. Agricultura familiar: importância na produção de alimentos. Relatório Setorial, 2022.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista katálysis**, v. 11, p. 116-122, 2008. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/rk/a/LcX5tnsn7R7md9gVRMHsBVF/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20 maio 2025.

DEGGERONE, Zenicleia Angelita; CENCI, Douglas. Trabalho e educação: a qualificação de agricultores familiares por meio do Pronatec Campo. In: DAVID, Cesar de; CANCELIER, Janete Webler. **Reflexões e práticas na formação de educadores**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. p.165-181. Disponível em <
<https://books.scielo.org/id/spd6r/pdf/david-9788575114759.pdf>> Acesso em 18 maio 2025.

ESTEVAM, Dimas de O.; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; DOS SANTOS, Vanda Jandira Dala. Os desafios da inserção formal de produtos da agricultura familiar no mercado. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 1, p. 262-281, 2018. Disponível em :<
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6354648>> Acesso em: 20 maio 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos da economia solidária: entre o movimento social e a inovação econômica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 43-66, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, Supl. 1, p. 125–146, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20 maio 2025.

GÓMEZ-LÓPEZ, José Daniel; ORTIZ-PÉREZ, Samuel. Propuesta para la territorialización de las cooperativas agrarias y los emprendimientos solidarios del Baixo Tocantins en el estado de Pará, Brasil. *Cooperativismo & Desarrollo*, n. 24, p. 22-33. 2014. Disponível em <<https://doi.org/10.16925/co.v22i104.972>> Acesso em 20 maio de 2025.

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: today's tomorrow. *development*, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011. Disponível em: <<http://gudynas.com/publicaciones/GudynasBuenVivirTomorrowDevelopment11.pdf>> Acesso em: 20 maio 2025.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, v. 20, p. 6674, 2005. Disponível em: <<https://catedrataller.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/haesbaert-r-compilacic3b3n-de-textos.pdf>> Acesso em: 20 maio 2025.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2019.

MARTINS, I. R.; REIS, Adebaro Alves dos; MARTINS, L. H. S.; BARBOSA, Maria José de Souza; JOELE, M. R. S. P. Economía solidaria y producción de alimentos. *Cooperativismo & Desarrollo*, v. 32, p. 1-27, 2024. Disponível em: <<https://revistas.ucc.edu.co/index.php/co/article/view/4851/3799>> Acesso em: 20 maio 2025.

MONJE-REYES, Pablo. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, p. 704-723, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000300003>> Acesso em: 20 maio 2025.

RÊGO, Amanda Barbosa; GODOI, Emiliano Lobo de. Empreendimentos solidários e sua capacidade de promover a agricultura familiar. *Interações (Campo Grande)*, v. 23, n. 4, p. 979-995, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/MbQFnmkzL8MMgQ3j5SjncDG/#>> Acesso em: 20 maio 2025.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos; VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; BORINELLI, Benilson. Economía solidária e estratégia: entre princípios e pragmatismo. *Revista Ibero Americana de Estrategia*, v. 12, n. 4, p. 261-278, 2013. Disponível em <https://www.academia.edu/98833321/Economia_Solid%C3%A1ria_e_Estrat%C3%A9gia_a_Entre_Princ%C3%ADpios_e_Pragmatismo> Acesso em: 20 maio 2025

SILVA, Monica Nardine et al. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. *Revista*

Espacios, v. 38, n. 47, p. 7, 2017. Disponível em:<
<https://www.revistaespacios.com/a17v38n47/a17v38n47p07.pdf>> Acesso em: 20 maio 2025.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
Disponível em:< <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>> Acesso em 20 maio 2025.

